



**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº                    Nº 2014**  
**(Do Sr. Thiago Peixoto)**

Dispõe sobre condições para a liquidação de créditos de precatórios a serem pagos pelas Fazendas Públicas dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Com amparo no § 15 do art. 100 da Constituição Federal, e sem prejuízo do que dispõem os artigos 78, 86 e 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os créditos de precatórios a serem pagos pelas Fazendas Públicas Estaduais, Distrital e Municipais, na ordem cronológica de apresentação dos respectivos débitos, serão pagos em parcela única, até o valor equivalente ao triplo do fixado em lei, para os fins do disposto no § 3º do artigo 100 da Constituição Federal, vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor de execução para fins de enquadramento neste artigo.

**Parágrafo único.** O pagamento dos precatórios deverá ser efetivado no prazo máximo de 12 (doze) meses do trânsito em julgado da sentença judicial.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor no primeiro dia do ano subsequente a da data de sua publicação.



## **JUSTIFICATIVA**

Por inspiração do estimado Deputado Onofre Santo Agostini (PSD/SC) nesta Legislatura, e tendo o consentimento deste, por ter real interesse na aprovação da matéria, apresento esta proposição, pelas razões a seguir.

O presente projeto de lei visa garantir o pagamento aos beneficiários de precatórios de valor equivalente ao triplo das obrigações definidas como de pequeno valor, de modo a assegurar, em parcela única, o pagamento de precatórios no valor de até 120 salários mínimos (R\$ 65.400,00, referência - março de 2011) na esfera estadual e distrital e de até 90 salários mínimos (R\$ 49.050) na esfera municipal.

Nesse contexto, cabe ressaltar que a Constituição Federal, em seu artigo 100, possibilita que os pagamentos de obrigações consideradas em lei como de pequeno valor – 40 salários mínimos para os Estados e Distrito Federal, e 30 salários mínimos para os Municípios (conforme dispõe o parágrafo 12 do art. 97 do ADCT), sejam liberados do regime de expedição de precatórios. Em contrapartida, os beneficiários de valores que ultrapassem esse montante ficam sujeitos à regra geral dos precatórios, o que pode significar a espera por muitos anos pelo pagamento integral das obrigações pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Para alterar essa situação, a presente proposição estabelece uma regra que contempla precatórios que ultrapassem em até 3 vezes o limite das obrigações de pequeno valor. Dessa forma, cria-se uma nova categoria de beneficiários, situada entre aqueles que têm o direito a receber pequenos valores (até 60 salários mínimos) e os que detêm o direito a montantes mais significativos (acima de 120 salários mínimos na esfera estadual e distrital; e acima de 90 salários mínimos na esfera municipal).

A iniciativa de um limite superior para pagamento em parcela única, terá o condão de permitir a liquidação tempestiva de valores menos significativos, sem estabelecer ônus excessivo às fazendas públicas. Com efeito, os precatórios com valores maiores continuarão a seguir a regra constitucional de parcelamento em prestações anuais e sucessivas e a atender os limites de receita conforme as capacidades econômicas dos entes.



## **CAMARA DOS DEPUTADOS**

Isso posto, como forma de buscar maior justiça no que se refere à tempestividade do pagamento de precatórios, contemplando os beneficiários com menores montantes a receber; solicito o apoio dos nobres colegas Parlamentares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em de      de 2014.

Deputado **Thiago Peixoto**

**PSD/GO**